

RECENSÃO DE GRIZZLE, A., MOORE, P., DEZUANNI, M.,
ASTHANA, S., WILSON, C., BANDA, F., ONUMAH, C. (2013).
MEDIA AND INFORMATION LITERACY: POLICY & STRATEGY
GUIDELINES, DE UNESCO: PARIS.

CLARISSE PESSÔA

CLARISSE.AMP@GMAIL.COM

UNIVERSIDADE DO MINHO/CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

Media and Information Literacy: Policy & Strategy Guidelines é um livro publicado em 2013 pela UNESCO como parte de um conjunto de volumes criados com objetivo de promover o desenvolvimento das práticas de Literacia para a Informação e para os *Media*. Apresenta-se como um guia com sugestões de políticas e estratégias, direcionado principalmente às instituições políticas e a outros *stakeholders* do mesmo âmbito. Nesta recensão crítica serão abordados os quatro capítulos fundamentais, pertencentes à segunda parte do livro, que pretendem: 1) oferecer uma definição compartimentada do conceito de *Media and Information Literacy (MIL)*, 2) descrever os pilares teóricos que servirão de sustento para as propostas práticas, 3) definir sugestões de políticas em prol da *MIL*, e 4) promover estratégias para o enquadramento prático da *MIL* na rotina social.

O capítulo 1, *Media and Information Literacy as a Composite Concept: Greater Impact on Development*, introduz o conceito de Literacia para os *Media* e para a Informação, distinguindo, inicialmente, os propósitos subjacentes a cada um deles. Grosso modo, a Literacia para a Informação é encarada pelos autores deste volume como a capacidade de se envolver com a informação e com o processo de se tornar informado. Por outro lado, a Literacia para os *Media* é tida como o entendimento que o cidadão possui da natureza, papel e função dos *media* na sociedade, abrindo horizontes para questões como a participação na sociedade, a produção de conteúdos mediáticos e a multiculturalidade. Esta última definição remete-nos para a Recomendação da Comissão Europeia que, em 2009, designou a Literacia Mediática como a “capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos” (Recomendação da Comissão Europeia, 2009).

De um ponto de vista mais crítico, importa ressaltar que este género de enquadramento inicial tem-se transformado num padrão presente nas últimas publicações concretizadas pela UNESCO relativas ao tema, funcionando quase como uma ressalva para os motivos pelos quais os dois conceitos são apresentados, posteriormente, de forma unificada. É possível ver essa mesma lógica estrutural, por exemplo, no livro *Pedagogies of Media and Information Literacies*, publicado em 2012, que apela, igualmente, para o entendimento desses dois conceitos de um jeito muito similar. De modo a transformar as duas concepções no conceito único de *MIL*, o volume analisado na presente recensão lança um modelo conceptual de carácter sólido, mas também dinâmico. Numa abordagem agregada, reconhece a importância de todas as formas de *media* e de todos os promotores de informação, incluindo

bibliotecas, arquivos e museus; resume as razões pelas quais o envolvimento com a informação e com os *media* é importante; evidencia os conhecimentos básicos a ter sobre a natureza e utilização dos meios de comunicação e de informação, garantindo uma perspectiva crítica e ética, e promovendo o acesso igualitário; e, por último, explicita os vários passos necessários para a criação e uso desses meios de forma consciente e cidadã. De realçar que este é um tipo de abordagem que tem sido adoptada também por outros investigadores da área. Opertti (2009), por exemplo, traz ao debate a questão de que o cidadão contemporâneo deve acompanhar as mudanças ocorridas na rotina social, através, sobretudo, da compreensão da cada vez maior influência dos *media* no modo como as pessoas exercem os seus direitos e deveres nos planos políticos, sociais, económicos e culturais. Realça a importância da ética no uso da informação, assim como a relevância da participação crítica nos diálogos culturais mediados pelos meios de comunicação social.

Voltando aos fundamentos do Capítulo 1, pode-se ainda dizer que em todo o seu decorrer há um tom de exaltação relativo aos benefícios que a Literacia para a Informação e para os *Media* pode trazer à sociedade. Não obstante, este tom não é próprio apenas desse livro. Nos últimos anos têm sido lançadas diversas Recomendações que enaltecem os desfechos possíveis para uma sociedade literata para os meios de comunicação e de informação. Por exemplo, a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, de 18 de Dezembro de 2006 (2006/962/CE), pretendeu servir de base para que os líderes da União Europeia enquadrassem nos seus contextos competências essenciais, tais como as competências para a literacia digital, acreditando que estas serão a chave para o desenvolvimento e preparação individual para a vida numa sociedade baseada no conhecimento. Segundo a Recomendação, essas competências irão proporcionar a inclusão e coesão social, facilitar a cidadania ativa, acrescentar valor simbólico no mercado de trabalho e promover a capacidade de adaptação em diferentes contextos.

Seguindo para o capítulo 2, *Development/Theoretical Framework for MIL Policies and Strategies*, é possível verificar a aposta na criação de uma base de orientação teórica – ancorada em alguns dos conceitos supracitados – para apoiar a aplicação das políticas e estratégias de *MIL*, operacionalizadas nos capítulos seguintes. Partindo da proposta de uma abordagem *Convergente*, que promove a colaboração e as parcerias entre os vários Ministérios, de modo a permitir a criação de políticas e estratégias mais consolidadas, propõem, por exemplo, que a *MIL* seja mais do que apenas uma política educacional, sendo atribuída também aos campos da tecnologia, comunicação e cultura. O apelo aos *Direitos Humanos* é feito em prol da identificação dos direitos e deveres do cidadão, bem como das obrigações correspondentes. A necessidade de o volume se propor como uma ferramenta que promove a *Capacitação* do cidadão para a utilização dos meios de comunicação e de informação aparece, de certo modo, com o objetivo de contrariar a chamada abordagem *protecionista* que trata o indivíduo como um ser passivo e não como um cidadão com capacidade de crítica e de participação na sociedade. Certo é que alguns dos investigadores mais reconhecidos da área têm vindo, nos últimos anos, a desafiar essa abordagem apenas *protecionista*. Por exemplo, David Buckingham (2007) e Henry Jenkins (2006) direccionam o olhar para as crianças enquanto seres

ativos, capazes de exprimir as suas próprias opiniões através dos meios de comunicação, e dotados de poder para fazer as suas próprias escolhas. Voltando aos fundamentos teóricos, as duas últimas abordagens propostas, *Diversidade cultural e linguística e a Igualdade de género*, pretendem ser transversais às mencionadas anteriormente.

Ao imergir no capítulo 3 é possível verificar que os fundamentos teóricos apresentados no capítulo anterior funcionam como um pano de fundo para a formulação de propostas políticas que apontam para as oportunidades de capacitação do cidadão, para o aumento da participação democrática, para a inclusão social, para os benefícios que a *MIL* pode gerar na vida social e para as oportunidades de diálogo intercultural. Neste capítulo propõem-se ainda políticas que permitam: 1) o olhar para os meios de comunicação e informação, focando o seu papel e propósito; 2) a identificação de incentivos e oportunidades para parcerias e colaborações conjuntas; 3) o reconhecimento dos desafios que as partes interessadas podem vir a enfrentar ao implementar programas de *MIL*; a identificação dos conhecimentos e competências necessárias para a execução da *MIL*; 4) a articulação dos recursos necessários para implementação, fornecendo orientação para um plano de ação, monitoramento e avaliação da implementação.

Por fim, no capítulo 4 são então propostas estratégias de promoção para as políticas sugeridas. Neste ponto é deixado de lado o carácter mais teórico do volume, que ganha um jeito mais prático e pró-ativo. É delineado um modelo que se subdivide por quatro parâmetros fundamentais: *contextos de desenvolvimento dos objetivos; áreas visadas; implementação, monitoramento e avaliação; e resultados*. Partindo do modelo, são dadas orientações objetivas e incisivas para a ação, criando alguns cenários de atuação nos quais são distinguidas as metas principais a cumprir, os *stakeholders* a serem envolvidos, as estratégias a utilizar, e os moldes de ação específicos, tendo por base experiências já concretizadas em outros países.

Em suma, o livro “*Media and Information Literacy: Policy & Strategy Guidelines*” apresenta-se como um guia robusto, baseado em orientações teórico-metodológicas muito bem fundamentadas e organizadas para a sua aplicação no terreno. O livro contém ainda uma primeira parte na qual consta uma abordagem inicial aos assuntos tratados nos capítulos da parte dois, e ainda, um último capítulo com considerações finais, que não foram incluídos nesta recensão.

Referências

- Buckingham, D. (2007). Digital Media Literacies: rethinking media education in the age of the internet, *Research in Comparative and International Education*, 2 (1), 43- 55.
- Jenkins, H. (2006), *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. Nova Iorque: New York University Press.
- Opertti, R. (2009). Aportes curriculares para la educación en medios: un proceso en construcción, *Comunicar*, 32, 31-40.
- Recomendação da Comissão Europeia sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva, 20 de agosto de 2009 (2009/625/CE).

Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, 18 de Dezembro de 2006 (2006/962/CE).

Tuominen, S. e Kotilainen, S. (2012). *Pedagogies of Media and Information Literacies*. Moscovo: UNESCO Institute for Information Technologies in Education.